

SP tenta garantir escola aberta e acirra polêmica na Educação

Decreto publicado pelo Governo do Estado torna Educação Básica atividade essencial e causa questionamentos

TATIANE CALIXTO
DA REDAÇÃO

O Governo de São Paulo publicou um decreto oficializando a Educação Básica como serviço essencial. A medida irá priorizar o setor dentro do Plano São Paulo e é mais um passo do Estado para manter as escolas abertas após a fase emergencial - que segue até 11 de abril. O documento mantém acesa a polêmica em torno das restrições para as atividades presenciais em meio à pandemia.

O Decreto 65.597 foi publicado no Diário Oficial do Estado do último sábado. Conforme a gestão João Doria (PSDB), as escolas, principalmente as que atendem alunos da Educação Infantil até o Ensino Médio, têm papel que vai além da aprendizagem, contribuindo para a segurança alimentar, socialização e saúde mental dos alunos, entre outros pontos.

"Não sei se as pessoas conseguem entender o quão importante é isso para nosso futuro como País. Estamos falando de ir além do ensino e da aprendizagem de crianças e jovens. Escola aberta contribui para a segurança alimentar dos mais pobres, além da socialização, saúde mental, integridade física e proteção social dos estudantes. Sem Educação, não há Ciência, não há Medicina, não há vida. Portanto, precisa ser essencial", destaca o secretário estadual de Educação, Rossieli Soares.

Conforme o Estado, mesmo com o esforço de manter o vínculo com a escola e o ritmo da aprendizagem, a suspensão das aulas presenciais causou prejuízos importantes, tanto do ponto de vista cognitivo quanto

NA REGIÃO

O Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista (Condesb) já havia determinado a suspensão das aulas presenciais nas redes municipais das nove cidades da região. Enquanto isso, o Governo de São Paulo antecipou os recessos de abril e outubro na rede estadual, recomendando o mesmo às particulares, mas deixando a possibilidade de atividades híbridas (com até 35% no atendimento). Contudo, a maioria dos municípios editou decreto suspendendo as aulas nas escolas particulares também.

da saúde mental dos estudantes.

O texto de sábado acrescenta à redação de decreto anterior que são essenciais as atividades desenvolvidas no âmbito da rede pública e das instituições privadas de ensino. Porém, mantém a previsão de retomada presencial das atividades apenas nas cidades sem legislação em sentido contrário.

AMBIENTE SEGURO

Para o movimento Escolas Abertas, que reúne pais e mães que apoiam a reabertura dos colégios com protocolo sanitário, o decreto é uma conquista.

"Educação é direito fundamental previsto na Constituição Federal. No entanto, ao longo desta pandemia, vem sendo negligenciada por todas as esferas do governo. O Escolas Abertas, desde sua criação, luta para que Educação seja tratada como atividade essencial", disse, em nota, o movimento.

Para os integrantes do Escolas Abertas, diversas publicações científicas com-



Sem aulas presenciais até pelo menos o próximo dia 11, as crianças têm realizado atividades virtualmente

DEBATE VIRTUAL

O impacto da pandemia na Educação e os novos caminhos a serem construídos no setor serão os temas da próxima edição do fórum A Região em Pauta, promovido por A Tribuna. A segunda edição do projeto no ano será realizada de maneira virtual na próxima segunda-feira, às 19h30, com transmissão ao vivo pelas redes sociais do Grupo Tribuna (facebook.com/grupo.tribuna e o canal no YouTube). Participarão dos debates o ex-senador Cristovam Buarque, a presidente-executiva do movimento Todos pela Educação, Priscila Cruz, e o presidente do Sindicato dos Professores de Santos e Região e secretário-geral do Sindicato dos Professores de São Paulo, Walter Alves.

provam que escolas são ambientes seguros, desde que sigam rigorosamente os protocolos sanitários e de distanciamento social.

Além disso, neste momen-

to mais grave da pandemia, o Estado permitiu que as escolas seguissem abertas com um número reduzido de alunos e funcionários, cabendo às famílias decidir

se mantêm os filhos no ensino presencial ou híbrido.

"Não podemos esquecer que milhares de crianças estão em situação de vulnerabilidade social e econômica. A escola é a maior rede de proteção para um número enorme de brasileiros. Trabalhadores de atividades consideradas essenciais também precisam de espaços seguros para deixarem os filhos enquanto desempenham suas funções".

Fora isso, o movimento ressalta que a inclusão dos professores no calendário vacinal do Estado é um reforço para a retomada das aulas presenciais.

Entidade vê decreto como contrassenso da gestão Doria

Do lado oposto, o Movimento Famílias Pela Vida, formado por responsáveis contrários à retomada das atividades presenciais, encara o decreto como um contrassenso.

"Incluir a Educação como serviço essencial num momento que temos mais de 3 mil mortes diárias no País é um contrassenso enorme por parte de um governo que diz estar ao lado da ciência e da vida", afirma Luka Franca, mãe de estudante da rede municipal de São Paulo e integrante do movimento.

Para ela, o cenário atual não permite atividades presenciais. Diante da vulnerabilidade da educação pública, é necessário debater a garantia de qualidade no ensino remoto com equipamentos e internet de qualidade aos estudantes.

De acordo com Luka, nos últimos anos, a Educação não tem sido prioridade ao Poder Público e os desafios impostos à rede pública durante a pandemia já são falados pela comunidade escolar há tempos.

"Quando o Governo do Estado coloca a Educação como atividade essencial, ele está apenas cedendo à pressão de quem tem filhos na rede privada, sem levar em conta a diversidade que existe na educação pública e sem ouvir as famílias que dependem do atendimento escolar".

Diante desse cenário, ela afirma que o movimento lançará nos próximos dias uma carta-manifesto com reivindicações e um pedido para que seja ouvido pelos gestores públicos. "Não dá para os governos decidirem sobre a situação escolar das nossas crianças e adolescentes sem ouvir o que tem sido discutido nos conselhos escolares".